



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CGU/SESP Nº 40/2024

ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA
CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO - CGU, E A
SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO, POR INTERMÉDIO
DA SUBSECRETARIA DE
ESTADO DE INTELIGÊNCIA
- SEI, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.

A **UNIÃO**, por intermédio da **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**, doravante denominada **CGU**, com sede em Brasília/DF, Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A, Ed. Multibrasil, CEP 70.070-050, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.664.015/0001-48, neste ato representada pelo Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo, **JOSE EUCLIDES CAVALCANTE**, designado por meio da Portaria nº 192, de 02 de fevereiro de 2024, publicado no Diário Oficial da União em 05 de fevereiro de 2024, nº 25, Seção 2, a partir das competências que lhe foram subdelegadas pela Portaria nº 2178/2024, publicada no Diário Oficial da União em 22 de agosto de 2024, nº 162, Seção 2, matrícula SIAPE nº 1.459.911 com domicílio funcional em Vitória/ES, rua Pietrângelo de Biase nº 56, 4º andar, Centro, CEP 29.010-190, e a **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SESP)**, por intermédio da **SUBSECRETARIA DE ESTADO DE INTELIGÊNCIA**, doravante designada **SEI**, com sede em Vitória/ES, Avenida Mascarenhas de Moraes nº 2.355, Bairro Bento Ferreira, CEP 29.050-625, inscrito no

CNPJ/MF sob o nº 27.142.025/0001-86, neste ato representada pelo Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, **LEONARDO GERALDO BAETA DAMASCENO**, nomeado por ato do Governador do Estado do Espírito Santo, por meio do Decreto Nº 1590-S, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 13 de agosto de 2024, CPF nº 000.187.726-76, com domicílio funcional em Vitória/ES, Avenida Mascarenhas de Moraes nº 2.355, Bairro Bento Ferreira, CEP 29.050-625,

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, tendo em vista o que consta do Processo nº 00207.100059/2024-66, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, com suas respectivas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é o estabelecimento de mecanismo de cooperação entre a CGU e a SEI, visando ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum que possam contribuir para a prevenção e o combate à corrupção, para a promoção e o fomento de governo aberto, da transparência, do acesso à informação, da ética pública, da participação social e das funções de ouvidoria e corregedoria, e para o fortalecimento da gestão pública, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho em anexo.

Subcláusula única - Dentre as áreas de interesse comum, destacam-se as de Transparência, Ouvidoria, Corregedoria, Auditoria, Integridade Pública e Privada, e aplicação da Lei Anticorrupção, Lei n. 12.846 de 01.08.2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o Plano de Trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os participantes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Constituem obrigações comuns de ambos os partícipes:

- I - elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- II - executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- III - designar, no prazo de 60 dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;
- IV - responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
- V - analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- VI - cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- VII - realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- VIII - disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- IX - permitir o livre acesso a agentes da administração pública incumbidos de controle interno e externo a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- X - fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- XI - manter sigilo de informações sensíveis obtidas em razão da execução do Acordo, com observância à

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a demais legislações que regulem o acesso à informação, somente as divulgando se houver expressa autorização dos demais partícipes;

XII - observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Acordo; e

XIII - obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula única. As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CGU

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da CGU:

I - Adotar as medidas necessárias para o cumprimento do disposto no presente ACORDO;

II - Responder pelo conteúdo técnico dos trabalhos executados por força do presente ACORDO e assumir total responsabilidade pela qualidade deles; e

III - Disponibilizar informações referentes a trabalhos de auditoria que envolvam recursos públicos federais envolvendo órgãos jurisdicionados da SESP/ES, quando houver solicitação e interesse recíproco dos signatários, respeitadas as competências estabelecidas na legislação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SEI

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da SEI:

I - Adotar as medidas necessárias para o cumprimento do disposto no presente ACORDO;

II - Responder pelo conteúdo técnico dos trabalhos executados por força do presente ACORDO e assumir total responsabilidade pela qualidade deles; e

III - Disponibilizar informações referentes a trabalhos de auditoria que envolvam recursos públicos federais envolvendo órgãos jurisdicionados da CGU, quando houver solicitação e interesse recíproco dos signatários, respeitadas as competências estabelecidas na legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No prazo de 60 dias, a contar da publicação do presente Acordo, cada partícipe designará, formalmente, mediante portaria, agentes, preferencialmente envolvidos em sua execução, que serão responsáveis por gerenciar a parceria e zelar por seu fiel cumprimento, bem como coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

Subcláusula primeira. Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, incluindo a transmissão e o recebimento de solicitações e o agendamento de reuniões, com a documentação de todas as comunicações realizadas.

Subcláusula segunda. Sempre que o designado não puder continuar a desempenhar essa incumbência, ele deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 60 dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, nos termos do art. 24 do Decreto nº 11.531, de 16 maio de 2023. As despesas necessárias à plena consecução do objeto firmado, tais como pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta de

dotações específicas constantes no orçamento de cada partícipe.

Subcláusula primeira. As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

Subcláusula segunda. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

Subcláusula única. As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será de 60 meses, a partir da publicação na página do sítio oficial da Administração Pública na internet, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRIVACIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os partícipes comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando houver o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, em observância às hipóteses constantes dos arts. 7º e/ou 11 e às demais previsões da Lei Geral de Proteção de Dados. O tratamento de dados pessoais deverá ocorrer para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular e será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução deste Acordo de Cooperação Técnica.

Subcláusula primeira. Os partícipes cooperarão no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e em demais legislações de proteção de dados, incluindo o atendimento tempestivo a requisições e determinações do Poder Judiciário e, na forma da lei, dos órgãos públicos incumbidos de controle interno e externo.

Subcláusula segunda. Os partícipes comprometem-se a tomar medidas de segurança técnica e organizacional, levando em conta os custos de implementação, contra o tratamento não autorizado ou ilegal de dados pessoais, contra a perda ou destruição acidental de dados pessoais e contra outros riscos de segurança informacional, com seus consequentes danos.

Subcláusula terceira. Os partícipes, nos termos do art. 16 da LGPD, comprometem-se a eliminar os dados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos de suas atividades, autorizada a conservação apenas para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo partícipe; estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais; transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD; ou uso exclusivo do partícipe, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ENCERRAMENTO

O presente acordo de cooperação técnica será extinto:

I - por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;

II - por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 60 dias;

III - por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; ou

IV - por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se, na data da extinção, não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 60 dias, nas seguintes situações:

I - quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação Técnica; ou

II - na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Os partícipes comprometem-se a publicar este Acordo de Cooperação Técnica em página existente em seus respectivos sítios oficiais na internet.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DIVULGAÇÃO

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação Técnica deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração o de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 90 dias após o encerramento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Na hipótese de haver divergências que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo, os partícipes solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

Subcláusula única. Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos representantes dos partícipes, na presença das testemunhas infra signatárias, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, na data da assinatura eletrônica

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE EUCLIDES CAVALCANTE
Data: 22/08/2024 11:20:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSE EUCLIDES CAVALCANTE
Superintendente - CGU
Matrícula: 1.459.911

Documento assinado digitalmente
gov.br Leonardo Geraldo Baeta Damasceno
Data: 23/08/2024 13:02:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LEONARDO GERALDO BAETA
DAMASCENO**
Secretario de Estado da Segurança Pública e Defesa Social

Testemunhas:

Documento assinado digitalmente
gov.br RAQUEL COSTA DE ALMEIDA JUNQUEIRA
Data: 23/08/2024 08:35:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Raquel Costa de Almeida Junqueira
Superintendente substituta - CGU
Matrícula: 1.499.966

Documento assinado digitalmente
gov.br HENRIQUE TAPIAS DE SALES
Data: 23/08/2024 09:50:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Henrique Tapias de Sales
Subsecretaria de Estado de Inteligência



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA
PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

ANEXO ÚNICO

PLANO DE TRABALHO – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CGU/SESP Nº 40/2024

1. DADOS CADASTRAIS

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO:

CNPJ: 26.664.015/0001-48.

Endereço: Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A, Ed. Multibrasil, Brasília, Distrito Federal.

CEP: 70.070-050.

Contato telefônico: (27) 3202-4330.

Correio eletrônico: cgues@cgu.gov.br.

Esfera Administrativa Federal.

Nome do responsável: Jose Euclides Cavalcante.

Matrícula SIAPE: 1.459.911.

Cargo/função: Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo.

Endereço: Rua Pietrângelo de Biase, nº 56, 4º andar, Centro-Vitória-ES.

CEP: 29.010-190.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESP:

CNPJ: 27.142.025/0001-86.

Endereço: Avenida Mascarenhas de Moraes nº 2.355, Bairro Bento Ferreira, Vitória-ES.

CEP: 29.050-625.

Contato telefônico: (27) 3636-9901.

Correio eletrônico: gabinete@sesp.es.gov.br.

Esfera Administrativa Estadual.

Nome do responsável: Leonardo Geraldo Baeta Damasceno.

Cargo/função: Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social.

Endereço: Avenida Mascarenhas de Moraes nº 2.355, Bairro Bento Ferreira.

CEP: 29.050-625.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título: ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU, E A SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SUBSECRETARIA DE INTELIGÊNCIA - SEI.

Processo nº 00207.100059/2024-66.

Data da assinatura: *na data da assinatura eletrônica.*

Início: 08/2024.

Término: 08/2029.

O presente Plano de Trabalho tem por objeto o estabelecimento de mecanismos de cooperação entre a CGU e o SEI, visando o desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum que possam contribuir para a prevenção e o combate à corrupção, para a promoção e o fomento de governo aberto, da transparência, do acesso à informação, da ética pública, da participação social, do controle social e das funções de ouvidoria, corregedoria, integridade pública e privada.

3. **DIAGNÓSTICO**

A atuação dos órgãos de controle de forma isolada e/ou desarticulada não vêm produzindo os efeitos desejados para a sociedade.

Trata-se de um esforço estratégico e conjunto entre a CGU e a SEI para a prática de medidas uniformes direcionadas à priorização do fomento e reforço ao controle social, busca de soluções alternativas que contribuam para efetividade das políticas públicas, compartilhamento ágil e eficiente de dados e informações, identificação de impropriedades, irregularidades, combate à corrupção e fomento à integridade pública e privada.

4. **ABRANGÊNCIA**

Em aspectos geográficos, a abrangência deste ACORDO engloba o Estado do Espírito Santo e seus municípios.

O ACORDO abrange o compartilhamento de informações, de materiais e tecnologias, acesso a bases de dados; concessão de acesso a sistemas informatizados desenvolvidos pela CGU e pela SEI; cooperação no desenvolvimento de projetos e ações conjuntas nas áreas de controle interno governamental, correição, ouvidoria e transparência no âmbito de suas competências institucionais comuns, para a promoção da transparência, do acesso à informação e da ética pública, para o fomento do controle social, integridade pública e privada e para o fortalecimento da gestão pública.

5. **JUSTIFICATIVA**

O presente ACORDO justifica-se pelo propósito de incentivar, estimular e possibilitar a realização de ações conjuntas entre os servidores nas áreas de pesquisa e produção técnico-científica; a promoção de atividades conjuntas de educação organizacional e cidadã; a troca de informações e dados úteis e/ou necessários para o desempenho das competências institucionais; e a elaboração de diagnósticos e relatórios de inteligência.

6. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

O presente ACORDO tem como objetivo geral a construção de ações conjuntas entre a CGU e a SEI.

Os objetivos específicos são:

I— Ampliar o compartilhamento de dados, informações, tecnologias, aspectos metodológicos e profissionais entre as instituições;

II — Aprimorar as habilidades e conhecimentos técnicos do capital humano dos partícipes;

III — Melhorar os índices de eficiência e eficácia das ações promoção, prevenção e combate à corrupção realizadas pelos partícipes;

IV — Promover junto às instituições públicas e à sociedade o fomento do governo aberto, da transparência, do acesso à informação, da ética pública, da participação social, do controle social e das funções de ouvidoria, corregedoria, integridade pública e privada.

7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Para o alcance do objetivo geral e dos específicos serão adotadas estratégias de interesse comum, visando racionalizar com maior precisão as necessidades operacionais, tecnológicas e de desenvolvimento do capital humano, buscando:

1. Desenvolver ações de capacitação, desenvolvimento metodológico e técnico de atuação entre as instituições, disseminando informação especializada e proporcionando o desenvolvimento do capital humano; e;

2. Desenvolver ações e métodos de compartilhamento e análise de dados, informações, tecnologias, além de ferramentas e sistemas gerenciais que possam ser úteis aos envolvidos no desenvolvimento de suas responsabilidades.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Unidade responsável: Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo
Gestor(a): José Euclides Cavalcante - Superintendente

Unidade responsável: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
Gestor(a): Leonardo Geraldo Baeta Damasceno - Secretário de Estado

9. RESULTADOS ESPERADOS

Ao longo do desenvolvimento deste ACORDO espera-se como resultados:

- I. Compartilhamento de bases de dados;
- II. Concessão de acesso a sistemas informatizados desenvolvidos pela CGU à SEI;
- II. Concessão de acesso a sistemas informatizados desenvolvidos pela SEI à CGU;
- IV. Compartilhamento dos produtos das ações realizadas pelos partícipes;
- V. Compartilhamento e apresentação do planejamento anual das ações desenvolvidas pelos partícipes, as quais não sejam afetadas por restrições de acesso, que abarquem a utilização de recursos federais por municípios do Estado do Espírito Santo ou pelo próprio Estado do Espírito Santo.
- VI. Realização de treinamentos e capacitações dos servidores dos partícipes;
- VII. Realização de ações conjuntas de capacitação de servidores públicos estaduais e municipais em áreas afetas à integridade pública e privada, ouvidoria, transparência, acesso à informação e corregedoria; e
- VIII. Realização de ações conjuntas de capacitação da sociedade civil organizada e dos cidadãos em geral, em áreas afetas à participação social e ao controle social.


10. PLANO DE AÇÃO

Eixos		Ação	Responsável	Prazo	Situação
1	Compartilhamento de dados	Reunião para apresentação das bases de dados dos partícipes	CGUES e SEI	1º trimestre após a publicação do ACT	não iniciado


		Fornecimento das bases de dados de interesse comum com periodicidade definida pelas respectivas áreas técnicas	CGUES e SEI	Sem prazo, pois será definido após conhecimento das bases de dados e da necessidade das respectivas áreas técnicas	não iniciado
2	Acesso à Sistemas	Reunião para apresentação dos sistemas passíveis de fornecimento pelos partícipes	CGUES e SEI	1º trimestre após a publicação do ACT	não iniciado
		Fornecimento de acesso aos sistemas de interesse pelos partícipes.	CGUES e SEI	Sem prazo, pois será definido após conhecimento das bases de dados e da necessidade das respectivas áreas técnicas	não iniciado
3	Treinamento e Capacitação	Articulação conjunta para planeamento e execução ou atualização de conhecimento do corpo técnico em áreas afetas às competências de atuação dos partícipes.	CGUES e SEI	Periodicidade Anual	não iniciado
		Articulação conjunta para planeamento e execução de eventos voltados aos servidores públicos estaduais e municipais.	CGUES e SEI	Periodicidade Semestral	não iniciado
		Articulação conjunta para planeamento e execução de eventos voltados aos conselheiros de políticas públicas.	CGUES e SEI	Periodicidade Semestral	não iniciado
		Articulação conjunta para planeamento e execução de eventos voltados à sensibilização e capacitação do cidadão e da sociedade civil organizada.	CGUES e SEI	Periodicidade Trimestral	não iniciado

4	Compartilhamento de Informação	Reunião para apresentação do planejamento anual das ações a serem executadas no exercício que envolvam recursos públicos federais.	CGUES e SEI	1º semestre de cada ano.	não iniciado
		Encaminhamento da relação de ações concluídas no semestre pelos partícipes.	CGUES e SEI	Periodicidade Semestral	não iniciado

Vitória, na data da assinatura eletrônica.


Documento assinado digitalmente
 **JOSE EUCLIDES CAVALCANTE**
 Data: 22/08/2024 11:22:54-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSE EUCLIDES CAVALCANTE
 Superintendente - CGU
 Matrícula: 1.459.911


Documento assinado digitalmente
 **Leonardo Geraldo Baeta Damasceno**
 Data: 23/08/2024 13:02:08-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LEONARDO GERALDO BAETA DAMASCENO
 Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social

Testemunhas:

Documento assinado digitalmente
 **RAQUEL COSTA DE ALMEIDA JUNQUEIRA**
 Data: 23/08/2024 08:35:19-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Raquel Costa de Almeida Junqueira
 Superintendente substituta - CGU
 Matrícula: 1.499.966

Documento assinado digitalmente
 **HENRIQUE TAPIAS DE SALES**
 Data: 23/08/2024 09:51:22-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Henrique Tapias de Sales
 Subsecretaria de Estado de Inteligência

0.1.

Referência: Processo nº 00207.100059/2024-66

SEI nº 3329131